

Quando o excesso de ordem provoca o caos: as contradições do “estado jardineiro” na atuação policial nos centros urbanos

Rosália Silva Corrêa¹

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ-RJ; Especialista em Ciência Política pela UFPA; Professora e Pesquisadora da Universidade da Amazônia, Brasil. E-mail: rosallyaco@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta uma discussão acerca da contradição que resultou do imperativo da ordem, tal como foi pensada no projeto da Modernidade e o estabelecimento do caos, oriundo do próprio anseio pelo ordenamento das coisas. À luz do pensamento de Zigmunt Bauman, o artigo destaca a relação entre segurança e liberdade, apresentando a noção do Estado Jardineiro e a sua luta constante para cultivar o que é “bom” e eliminar o que é “mal”. Dentro dessa discussão foi inserida a atuação policial violenta nos centros urbanos, como expressão desse desacordo que revela a desordem como consequência da busca incessante pela ordem.

Palavras-chave: Estado jardineiro. Atuação policial. Centros urbanos.

When excess of order causes chaos: contradictions as the "state gardener" police in action in urban centers

ABSTRACT: This paper aims at discussing the contradiction that resulted from the imperative of the order, such as it was thought on the project of Modernity and the establishment of chaos, coming originally from one's own longing for things to get back to order. Under the view brought by Zigmunt Bauman's, the work highlights the relationship between safety and freedom, presenting the idea of the Gardening State and its on-going struggle to grow the "good" and destroy the "bad". Within that discussion, the violent police action in urban centers, taken as a sign of those opposing sides, which unfolds the disorder as a by-product of that permanent quest for order, was brought into the debate.

Keywords: Gardening State. Police action. Urban centers.

1 INTRODUÇÃO

Os teóricos da Modernidade costumam conceber esse período da história da humanidade a partir do conjunto de transformações políticas, culturais, sociais e econômicas, oriundas do processo de secularização e racionalização, ocorrido no Ocidente, entre os séculos XVIII e XIX.

A Modernidade trouxe no seu interior o projeto de reconstrução por intermédio de um modelo racional, desmistificado e progressivo, no qual o homem, apoiado no

pensamento orientado pela razão, desenvolveria suas habilidades técnico-científicas tendo em vista o progresso da humanidade.

A meta desse projeto seria o desenvolvimento do processo racional e, consequentemente, o total rompimento com as ideias mágicas que permeavam o pensamento do homem pré-moderno, as quais impediam o seu avanço em direção às conquistas intelectuais e materiais, o que tornaria sua existência mais real, objetiva, ordenada e presumível, diferentemente do estágio anterior, quando o homem, preso aos valores míticos, era sempre movido pelos mesmos propósitos, pelas mesmas crenças irracionais e sobrenaturais, tornando sua vida um círculo vicioso, em que as coisas voltavam sempre para o mesmo lugar.

A convicção de que o progresso do bem-estar viria com o desenvolvimento da técnica e da ciência como conhecimento universal transformou totalmente a vida dos indivíduos que adotaram comportamentos condizentes com esse novo projeto e reorganizavam os seus modos de vida, pois acreditavam nesse ideal de homem esclarecido e racional.

A revolução do moderno contra o tradicional implicou a “morte de Deus” como princípio de julgamento moral. A sociedade, no período moderno, passou a ser a fonte de valores por meio da ideia de utilidade: é bom para a sociedade o que é útil. E o indivíduo seria, então, submetido aos interesses da coletividade. Com isso, novas estruturas políticas favoreceram a abertura do comércio, derivando, daí, a noção de soberania sobre territórios nacionais, o que impulsiona o surgimento dos Estados-Nação e a valorização da segurança.

Essas são algumas marcas da Modernidade, as quais serão discutidas neste texto, com o intuito de se chegar à ideia de ordem, ou melhor, da busca constante pela ordem, incluída nesse grandioso projeto, e se consolidou como ponto de partida para o alcance do progresso, mas que, para algumas instituições, teve seu propósito malogrado, em virtude dos meios empregados para atingi-lo.

A parte inicial do artigo está fundamentada nas ideias que marcaram o projeto da Modernidade e apresenta alguns elementos que contribuíram para o despertar da humanidade em direção às novas formas de pensar e conceber o mundo em sua volta. Na seção seguinte, a discussão envolve as noções de Zygmunt Bauman em relação à busca da ordem, a atuação do Estado-jardineiro, segurança, liberdade e a ameaça do caos. A seção subsequente apresenta concepções que refletem acerca do universo policial, buscando compreender o que resultou dessa contínua procura pela ordem, empreendida pelas instituições policiais, as quais convivem, na realidade atual, com a desordem interna, provocada por ações violentas e criminosas de parte dos seus agentes, consequência de uma tradição que corroborava com o uso da violência para garantir a ordem na sociedade. A conexão com as ideias de Bauman ajuda a compreender essa realidade, que não é nova, mas que tem elevado o sentimento de insegurança da população brasileira.

2 A CULTURA DA ORDEM E A SOBERANIA DA RAZÃO NA MODERNIDADE

O homem pré-moderno desconhecia a forma lógica de ver e manipular o mundo, acreditava naquilo que nem mesmo sabia explicar e, para ele, os acontecimentos em todos os campos eram determinações divinas. Sua concepção da realidade não obedecia a uma lógica instrumental.

A ‘morte de Deus’ significou o despreendimento definitivo das instituições modernas a qualquer apelo ao sobrenatural, resultando na prevalência da posição agnóstica. Essa crise da legitimidade divina fez com que o homem ocupasse o centro e se aproximasse do real mediante o saber racional que ordena e o classifica de uma forma planejada e construída. Na modernidade, foram concebidas criações humanas controladas por um conhecimento que requer o domínio, sendo que a clareza e a transparência favorecem esse domínio. Saber para dominar é o grande empreendimento da modernidade, ao contrário do período anterior, no qual predominava o obscurantismo. A razão seria, desse modo, a condição para libertar o homem das amarras do miticismo irracional.

A proposta da emancipação da humanidade por meio da razão estabeleceu uma relação dos homens entre si e deles com o mundo de forma mais objetiva, em conformidade com as regras estabelecidas pelo padrão racional. Essa racionalidade estava relacionada ao princípio da funcionalidade. A sociedade consistia num todo funcional. A ideia de totalidade era muito presente nesse contexto e, se uma das partes não funcionasse, refletia na totalidade. Daí a obsessão pela ordem.

A ordem seria, então, a garantia de segurança e do progresso da humanidade. A ciência, por seu turno, tinha o compromisso de apresentar o conhecimento real das coisas por intermédio da utilização do procedimento racional.

Mas essa regularidade propiciou a liberdade desejada? O homem racional é livre e feliz? O conhecimento universal conseguiu contemplar todos os anseios do homem moderno? A ideia de que a ciência como saber supremo considera válido apenas aquilo que pode ser explicado racionalmente garantiu a homogeneidade?

As respostas parecem que estão aflorando nesse contexto, o qual os estudiosos definem de diferentes formas, mas que, na verdade, questiona o projeto da modernidade e suas expectativas. A pós-modernidade (ou a alta modernidade ou a crise da modernidade ou outra forma qualquer de denominar essa realidade), trouxe à tona pontos críticos da modernidade, como a ambivalência, a fragmentação, a diferença, a compressão do tempo e do espaço, a instabilidade, o fim das grandes verdades e o caos. Isso tudo decorre do fato de que a razão é reflexiva e o conhecimento se renova, e chega-se a um ponto em que não há mais explicação racional para as coisas. Talvez, por isso, a ciência não ocupe mais o status onipotente, em razão de que outros campos do saber, antes desprezados, estejam sendo reconhecidos.

Em nome da ordem, também foi criado o Estado como uma forma de garantir o poder político. O Estado moderno partiu da ideia de que os homens agem naturalmente de forma competitiva, prevalecendo os interesses individuais. Desse modo, havia necessidade de estabelecer um mediador para que esse conflito atuasse de forma neutra em favor do bem-comum, colocando os interesses coletivos acima dos interesses particulares. A centralização do poder se impôs por meio da racionalização, que estabelecia a necessidade de uma organização política, dada as condições históricas vigentes. De absolutista à representante da vontade popular, o Estado percorreu uma longa trajetória, mas permaneceu detentor legítimo do poder da força física, podendo manifestá-la quando a ordem estiver ameaçada.

A ideia de Nação surgiu como unidade territorial e identidade cultural de um determinado povo e está relacionada à concepção de pertencimento. O Estado-nação foi criado posteriormente com a instituição da consciência nacional, esta que passou a ser o sustentáculo da soberania do Estado Territorial, promovendo a sua legitimidade interna e em relação aos outros Estados. Isso possibilitou a ampliação das economias nacionais nos países desenvolvidos e, nos países subdesenvolvidos, propiciou a emancipação e a unidade nacional.

Na modernidade, o sentimento nacional foi responsável por muitas lutas que ocorreram na Europa a partir do século XV, quando diferentes povos buscavam afirmar as suas identidades perdidas e resgatar suas culturas, lutando por definições de limites territoriais e presenças culturais. A tarefa do Estado-Nação de homogeneizar seu território é apontada por Bauman (1999, p.74), quando comenta a respeito do que ressaltavam as análises do Estado moderno:

[...] os Estados nacionais promovem a uniformidade. O nacionalismo é uma religião da amizade e o Estado nacional é a Igreja que força o rebanho em perspectiva a praticar o culto. A homogeneidade imposta pelo Estado é a prática da ideologia nacionalista.

Na realidade presente, fatores como a globalização, os processos migratórios, a expansão tecnológica, a ampliação dos mercados, a comunicação global e outros parecem interferir no papel do Estado-Nação, na medida em que não consideram mais os limites territoriais e culturais de um povo. As identidades, antes tão defendidas, agora se perdem e se confundem no meio da complexidade das relações.

Nesse cenário de tantas incertezas e novas demandas, a humanidade, consciente da necessidade de conviver com o estranho, com o ambivalente e com o efêmero, busca um novo modelo de Estado, capaz de dar conta das propostas inovadoras do mundo atual. Nesse sentido, vale ressaltar o crescimento dos movimentos sociais, que reforça sobremaneira a esfera pública, promovendo a discussão aberta de muitos temas, antes privados, em busca de soluções. Essa redefinição das relações entre Estado e sociedade que conduz para o fortalecimento dessa última, se encontra na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, como esclarece Avritzer (1996, p.15):

[...] O ponto de chegada da teoria social habermasiana não constitui apenas uma proposta da reinterpretação da dinâmica entre as várias arenas sociais, mas envolve também um diagnóstico da política moderna cujo centro constitui a análise do empobrecimento das práticas políticas contemporâneas, do surgimento de novos atores e movimentos sociais e da possibilidade de aprimorar as democracias contemporâneas.

Mesmo considerando essa e outras novidades que apontam em direção a uma sociedade mais ampla e inclusiva, alguns elementos são imprescindíveis, ainda que, nos arranjos mais avançados, como é o caso da condição de segurança. Nenhuma sociedade ordeira pode desprezá-la sob pena de ver se instalar o caos, “o outro da ordem”. Porém, o custo para mantê-la é a restrição da liberdade individual. Isso significa que, para garantir a segurança coletiva, é necessário renunciar a própria liberdade de agir conforme a vontade e o interesse pessoal. As regras de conduta estabelecidas por um padrão de ordenamento social com o fim de defender essa condição conduzem à passividade e à aceitação, constroem valores e indicam o caminho que deve ser seguido. Fugir desse caminho representa o solapamento da ordem e a consequente perda da segurança.

A ideia de segurança aqui tratada consiste no estado de confiança individual ou coletiva, adquirido a partir do conhecimento e da aplicação de normas de proteção capazes de minimizar os riscos de possíveis acontecimentos danosos.

Quando pessoas decidem agir de acordo com os seus impulsos naturais, transgredindo a ordem convencionada socialmente, provocam um estado de insegurança e permanente vigilância por parte daqueles que foram atingidos. Isso pode ser ilustrado pelo fenômeno da criminalidade, que transforma a vida em sociedade numa organização fechada e isolada por muros altos, grades fortes, câmeras atentas e modernos esquemas de segurança.

Outra limitação imposta pelo estado de insegurança refere-se à circulação no espaço de convivência do homem. Especialmente nas cidades, algumas áreas são consideradas “de risco” e, portanto, evitadas por aqueles que temem e desprezam os “inimigos da ordem”. Deixar de circular por determinadas ruas e não frequentar certos ambientes pelo temor de deparar com os “desordeiros” tem sido um comportamento comum daqueles que desejam preservar a sua integridade física.

Assim, liberdade e segurança se colocam para o homem moderno em diferentes polos. A escolha por uma das duas condições impõe sérias restrições a outra. Daí a enorme angústia sofrida pela garantia da ordem.

Na obra *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Bauman problematiza sobre liberdade e segurança como fatores dissociáveis no mundo atual e busca uma forma de conciliá-los. Essa discussão, que se fundamenta no estudo de Freud, intitulado *O Mal-Estar na*

Civilização, tem como ponto principal a noção de economia civilizatória¹, defendida por este teórico. Para o autor, no contexto pós-moderno, a situação é inversa ao movimento que Freud demonstrou. Trata-se agora de renunciar à segurança em favor da liberdade, como Bauman (1998, p.10, grifo nosso), enfatiza:

[...] Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma outra coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: **os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade**. Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.

Em termos reais, o uso da liberdade de forma restrita tem provocado certo desconforto no homem, induzindo-o a refletir acerca da verdadeira liberdade. Mesmo vivendo num contexto democrático, os homens não são totalmente livres na medida em que precisam submeter-se a determinadas restrições impostas pela sociedade, e também quando o direito “garantido” constitucionalmente de serem cidadãos dignos torna-se inacessível. Um exemplo desta realidade se refere à liberdade social que o homem tem de trabalhar, mas o desemprego impede que ele exerça essa liberdade e, conseqüentemente, alcance um nível de vida satisfatório. A outra situação diz respeito à vontade que ele pode ter de dirigir em alta velocidade, mas não tem liberdade social para fazê-lo, pois está sujeito à sanção instituída pelas leis de trânsito. Neste caso, a satisfação pessoal de dirigir em alta velocidade negaria o argumento racional implícito na lei de que essa ação poderia trazer prejuízo a outros.

O primeiro exemplo de negação da liberdade social é muito mais grave. O segundo apenas mostra a restrição da liberdade individual em favor da segurança coletiva, movida pelo pensamento racional. Logo, as ações limitadoras da liberdade individual que culminam em sanções se fundamentam na necessidade de proteger os direitos coletivos, evitando que o caos se estabeleça e a segurança da sociedade seja comprometida.

Com isso, a tensão entre liberdade e segurança permanece, a menos que alguém rompa com as convenções e renuncie a segurança coletiva em favor da sua liberdade, fato que, segundo Bauman, a humanidade já está testemunhando.

Convicto da ausência de segurança que a humanidade enfrenta, Bauman apresenta na obra *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (2003) a noção de um “lugar aconchegante”, onde o homem estaria a salvo das ameaças externas: a comu-

¹ A ideia de economia civilizatória de Bauman refere-se ao fato de renunciarmos um pouco da liberdade individual, que corresponde ao nosso prazer e felicidade, em troca de um pouco de segurança coletiva.

nidade. Não no sentido de gueto, que reforça a diferença, e sim o sentimento de confiança e proteção que todos desejam, associado ao compromisso com o outro. O fortalecimento dos laços fraternos por intermédio do respeito e do reconhecimento da diferença une verdadeiramente as pessoas, o que ele denominou de comunidade ética em oposição à comunidade estética, por meio da qual as pessoas estão vinculadas pela sedução da mercadoria e do consumo. Para ele, os valores e ideais perdidos podem ser resgatados mediante o engajamento das pessoas, preservando as diferenças.

Esse pensamento de Bauman parece muito distante do que assistimos nos dias atuais, em que o isolamento e o egoísmo ainda estão muito presentes. É certo que existem iniciativas que demonstram solidariedade entre as pessoas, mas isso não pode ser confundido com aproximação, inclusão e fortalecimento de laços.

Talvez a maior dificuldade a ser vencida seja o reconhecimento das diferenças. A convivência com o “estranho” ainda é um grande desafio para o homem “moderno”, como o próprio Bauman (1999, p. 68) admite:

[...] A diferença é algo com que se pode viver na medida em que se acredita que o mundo diferente é, como o nosso, um “mundo com uma chave”, um mundo ordenado como o nosso, apenas mais um mundo ordenado habitado por amigos ou inimigos, sem híbridos para distorcer o quadro e confundir a ação e com regras e divisões que podemos ainda desconhecer mas que podemos aprender se necessário.

A permanência da ordem exige que as coisas estejam em conformidade com o acordo estabelecido previamente entre os membros da sociedade. A presença do estranho provoca o temor de ver diminuir a solidez desse acordo e, conseqüentemente, abala a segurança instituída. O homem ordeiro preserva acima de tudo a sua capacidade de conhecer e dominar os seus caminhos, cria a sua identidade e valoriza as verdades que conhece. Em favor da ordem, ele limita a sua própria liberdade. Sem identidade legitimada, o estranho ameaça essa condição, levanta incertezas e transmite insegurança, uma das principais inimigas da ordem.

3 O ESTADO-JARDINEIRO EM FAVOR DA SEGURANÇA

A ideia do Estado-jardineiro, em Bauman, está relacionada à exclusão e a inclusão, a partir de uma seleção rigorosa daquilo que favorece a ordem em detrimento do que a compromete. Baseia-se na prática de jardinagem, que tem o propósito de cultivar o bom da planta e eliminar as “ervas daninhas”, para que elas não prejudiquem o desenvolvimento do plantio.

Esse plano racional de ordenamento ultrapassou os campos de plantações e alcançou a vida social. O Estado, como bom jardineiro/ administrador, tomaria para si a

tarefa de promover a “limpeza” por meio da “engenharia social” calculista e impiedosa. E a ciência, sempre aliada da razão, forneceu todos os instrumentos necessários para essa realização.

Assim, iniciou-se a guerra contra as “ervas daninhas sociais”, nocivas à saúde da sociedade ordeira e esteticamente agradável. É importante destacar que os danosos não se reduziam àqueles que poderiam macular o estado de ordem com o seu comportamento, como as prostitutas, os criminosos, os homossexuais e outros. Mas, também eram assim considerados aqueles que, por um motivo independente de suas vontades, não eram úteis à sociedade, como os mentalmente inferiores, os fisicamente deformados, os viciados e os portadores de doenças congênitas. A esse respeito Bauman (1999, p. 48-49) comenta:

[...] Os objetos podem ser rios correndo sem sentido na direção errada, “onde não são necessários”. Ou plantas [...]. Ou animais [...]. Ou criminosos e bêbados ou débeis mentais que não funcionam para nenhuma utilidade significativa e são portanto “renaturalizados” em degenerados “ex-humanos”. Ou criaturas com cor de pele, forma corporal ou comportamentos estranhos, envolvidas em atividades “sem sentido”, cuja presença “não pode servir a nenhum propósito útil”. Qualquer coisa que compromete a ordem, a harmonia, o plano, rejeitando assim um propósito e significado, é Natureza, deve ser tratada como tal. E é Natureza porque é tratada assim.

A obsessão pelo ordenamento das coisas, pelo útil, pelo perfeito, mobilizou um expressivo número de pessoas na luta contra o indesejável, clamando pela eliminação ou mesmo impedindo a possibilidade de uma existência nociva ao bem-estar da sociedade.

Esse pensamento cultivado na mente daqueles que idealizavam um modelo de sociedade no qual os desviantes sociais não tinham lugar, e que acreditavam na possibilidade de suprimi-los, encontrou eco nos ideais racistas, como os de Hitler, que, estimulado pelo espírito moderno, chegou ao auge da crueldade contra seres humanos.

De acordo com Bauman (1999), a prática de desumanizar o inimigo para combatê-lo não é específica do período moderno. O homem medieval já manifestava tal comportamento em situação de guerra. O autor faz uma comparação entre as técnicas utilizadas para combater o inimigo nos diferentes períodos e ressalta que os instrumentos utilizados para o extermínio na modernidade estabelecem uma luta desigual, na qual a vítima não tem chance de se defender, pela ausência de recursos compatíveis.

É possível afirmar que a ideia do Estado-jardineiro ainda ressoa em algumas mentes e instituições sociais quando se fala de polícia enquanto força organizada do Estado, encarregada de garantir a ordem e a segurança da sociedade.

A atuação da polícia tem como pressuposto a segurança, fator absolutamente indispensável para o bem-estar social, sendo também um dever do Estado para com o cidadão. Entretanto, a manutenção dessa segurança requer o afastamento de todos os perigos que possam ameaçá-la. Eliminar este perigo sempre foi o papel da polícia. A valorização da segurança, acima de tudo, está enraizada na mente policial, pois foi assim que a instituição se manteve desde o seu surgimento. O inútil e o antiestético não podem prosperar, pois com eles vem o temido caos.

O Estado jardineiro age silencioso por trás da polícia, que assume a responsabilidade de impedir, a qualquer custo, que o caos se instale, ainda que para isso seja necessário ferir alguns preceitos morais e contrários ao fim a que ela se propõe, de assegurar a paz e a tranquilidade de cada um e de todos os membros da sociedade; e não apenas dos seguidores da ordem.

Os verdadeiros massacres realizados em nome da ordem, que foram lembrados por Bauman (1999), mostram o quanto esse desejo dominou a mente do homem moderno, impulsionado pela estrutura vigente, que combatia, radicalmente, anomalias de todas as ordens e ainda fazia isso parecer um feito benéfico para a sociedade.

No Brasil, talvez em menor proporção, o Estado jardineiro legitimou os poderes da polícia para atuar em favor da ordem, afastando todos os seus inimigos. Foi assim desde o seu surgimento, quando se difundiam as ideias separatistas, que buscavam a libertação política da colônia. Sob a influência dos ideais franceses e americanos, envolvidos nas discussões de liberdade, tais movimentos representavam ameaça à ordem portuguesa e reclamavam uma providência por parte dos governantes. Daí em diante, a luta contra aqueles que promovem a desordem sempre foi corroborada pelo Estado. Foi dessa forma que a polícia agiu contra os chamados “subversivos” dos períodos ditatoriais e ainda age em relação a todos aqueles que tentam obstruir o fluxo natural da ordem estabelecida. Os enfrentamentos com os movimentos sociais confirmam isso.

4 A ATUAÇÃO POLICIAL VIOLENTA COMO CONSEQÜÊNCIA DO REINADO DA ORDEM

A ideia fixa em torno da manutenção da ordem pela polícia pode ter transformado esse ideal num “monstro incontrolável”, que agora se mostra com tanta frequência nos diferentes lugares: a violência policial.

Diante das novas exigências sociais, o Estado, que sempre apoiou e incentivou a tarefa da polícia de combater o inimigo a qualquer preço, enfrenta hoje o dilema de conter essa violência, disseminando a ideia do respeito aos direitos humanos, mesmo em relação àqueles que estão à margem da sociedade. O grande problema que se apresenta para essa missão diz respeito à herança cultural internalizada pelos membros da instituição: depois de séculos atuando com o propósito de destruir qualquer ameaça à ordem, agora precisam considerar os direitos dos “desordeiros”.

Certamente que isso causou um grande desconforto no ambiente policial, que ainda está dividido entre as duas práticas, com maior tendência para atuar segundo as regras tradicionais. Um exemplo disso foi a “Premiação Faroeste”, uma iniciativa do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Nilton Cerqueira, instituída em 1995, que premiava por bravura aqueles que apresentassem maiores resultados no combate ao crime por ocasião das operações policiais. Considerada um estímulo à violência travestido de eficiência, seus efeitos foram mostrados na pesquisa de Cano (1997), que comparou o total de pessoas mortas pela polícia na gestão do referido secretário em relação à administração anterior. Os números revelaram 486 mortos em 536 episódios com intervenção policial no período de 15 meses de administração do general Cerqueira, contra 456 pessoas mortas em 656 episódios no período de 28 meses da gestão que o antecedeu.

Outro agravante em relação à violência policial diz respeito àquilo que Khan (apud ARAÚJO FILHO, 2003) denominou de “discurso da excepcionalidade”, usado comumente pelas autoridades policiais, quando afirmam que aqueles que praticam a violência constituem uma exceção na polícia. Para o autor, essa tentativa de proteger a instituição, omitindo a realidade, reforça a prática da violência. Se o problema existe, deve ser vencido e não tolerado, mesmo em se tratando de casos excepcionais. Tentar proteger maus policiais acreditando estar protegendo a instituição como um todo, contribui, sobretudo, para a baixa credibilidade que a sociedade atribui à polícia. Além disso, esse comportamento dos escalões superiores só reforça a prática truculenta de alguns policiais.

Outro fator preponderante para essa conduta é a complacência e, algumas vezes, até o incentivo por parte da população para com os crimes cometidos por policiais contra delinquentes, movida pela crença de que, eliminando os bandidos, a polícia vai abolir o crime da sociedade.

No levantamento feito por Zaluar (1999) sobre violência policial, a autora aponta os estudos de Adorno e Cárdua (1997), que mostram a existência de grupos de extermínio constituídos por policiais e moradores de locais ameaçados por supostos “bandidos”, com vistas à execução sumária destes suspeitos. Também destaca o trabalho de Costa (1998), que tem como objeto a história do esquadrão da morte, a sua ligação com os órgãos de repressão do período da ditadura militar e a continuidade dessa prática no momento atual.

Se no passado as autoridades brasileiras acreditavam na necessidade de violar os direitos humanos para afastar o perigo da inserção do comunismo no país, e para isso constituíram uma força policial treinada e autorizada a agir com extrema violência contra os inimigos do poder, numa guerra que durou vinte e um anos, o que poderia ser feito (que ainda não foi) para extirpar totalmente essa conduta violenta dos nossos policiais no período de vinte anos do processo de (re)democratização? Parece que muitos ainda acreditam que o restabelecimento da ordem continua sendo conquistado por meio da utilização de cassetetes e armas de fogo.

No Brasil, as estatísticas de pessoas mortas por policiais (em situação de confronto e em “outras circunstâncias”) que constam no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, uma publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) totalizaram 9.360 homicídios entre os anos 2008 a 2013, indicando uma oscilação dos números nos diferentes anos. Mas, destacando que nas situações de confronto o número de vítimas é sempre maior em relação à “outras circunstâncias”.

Em confronto com policiais civis e militares morreram 9.060 pessoas, enquanto aquelas que foram mortas em “outras circunstâncias” somaram 300. O destaque é para o Estado do Rio de Janeiro, que ultrapassou mil pessoas mortas em confronto com a polícia, apesar de não ter disponibilizado essa informação para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como não informou acerca do número de pessoas mortas em “outras circunstâncias”. Foi seguido pelos Estados de São Paulo e Bahia quanto às mortes em confronto, e também lideraram nas mortes em “outras circunstâncias”. Chama a atenção, nesta tabela, o fato de que alguns Estados não disponibilizaram informação sobre as mortes cometidas por policiais em ambas as categorias, interferindo na qualidade da informação quanto à relação da polícia com a sociedade. (Tab. 1).

Tabela 1 Ocorrências envolvendo policiais, por tipo - Unidade da Federação Brasileira - 2008 – 2013

Brasil e Unidades da Federação	Pessoas mortas em confronto com policiais civis/militares						Pessoas mortas por policiais civis/militares em outras circunstâncias						
	Ns. Absolutos						Ns. Absolutos						TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (1)	
Brasil	1.986	2.208	1.029	898	1.592	1.347	74	42	38	50	31	65	9.360
Distrito Federal	6	4	1	2	-	-	-	1	14
Espírito Santo	8	29	15	19	-	-	1	2	74
Goiás	16	6	62	55	3	2	1	4	149
Mato Grosso	3	10	6	10	7	7	6	5	6	5	-	-	65
Mato Grosso do Sul	4	4	3	2	15	20	1	1	-	-	50
Minas Gerais	57	49	2	4	112
Paraná	119	147	167	147	-	2	582
Pernambuco	40	40	31	24	36	41	17	17	11	19	2	1	279
Rio de Janeiro	1.137	1.048	2.185
Rio Grande do Sul	41	59	67	45	212
Santa Catarina	29	36	64	49	1	2	1	-	182
São Paulo	397	543	510	460	583	364	34	6	7	20	23	28	2.975
Acre	5	2	7
Alagoas	-	2	26	29	-	-	...	1	58
Amapá	1	2	3
Amazonas	4	8	9	5	2	2	-	-	30
Bahia	293	395	307	228	344	295	10	5	8	3	1	18	1.907
Ceará	39	39

Maranhão	-	1	13	22	-	-	36
Pará	85	114	-	3	202
Paraíba	5	4	5	9	14	15	3	3	2	-	60
Piauí	-	1	4	8	-	-	-	1	14
Rio Grande do Norte	5	...	1	5	-	11
Rondônia	5	2	8	11	1	1	-	-	28
Roraima	-	1	1
Sergipe	16	24	17	4	-	-	61
Tocantins	3	3	5	3	8	1	-	1	-	-	-	-	24

Fonte: Tabela montada a partir dos dados dos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública anos 4 (2010), 5(2011), 6 (2012), 7 (2013), e 8(2014).

(1) No Anuário ano 8, a expressão “em outras circunstâncias” foi substituída por “fora de serviço”

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

O número de pessoas que morreram em confronto com a polícia induz à reflexão sobre a antiga noção de combate que orientou as ações policiais no período da ditadura militar, momento em que a polícia estava a serviço do Estado militar conservador assumindo o papel de combater os “subversivos da ordem”, o que prevalece na mentalidade policial, em alguns casos. A repressão ao crime em detrimento à prevenção se manteve, norteando a prática policial, a despeito das iniciativas da segurança pública brasileira no sentido de pautar o trabalho da polícia nas noções de respeito aos direitos humanos.

Prosseguindo com as informações acerca das ocorrências de mortes envolvendo policiais, as tabelas 2 e 3 trazem as mesmas variáveis que foram apresentadas na tabela 1, desta vez para os anos de 2010/2011, 2012/2013, e separadas pelo tipo de polícia. Considerando este aspecto, os números revelaram disparidade quanto ao total de pessoas mortas em confronto com as diferentes polícias, colocando a polícia militar em primeiro lugar. Entretanto este dado, por si só, não estabelece que uma seja mais ou menos violenta que a outra. Essa desproporção pode ser analisada a partir de dois pontos de natureza institucional. O primeiro pela própria função que é designada à polícia civil, definindo-a como uma polícia investigativa, a qual não se destina a realizar o trabalho ostensivo. Capítulo III Da Segurança Pública. Art. 144 § 4º – Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (BRASIL, 1997).

O segundo ponto diz respeito ao efetivo da polícia civil, que é inferior ao contingente da polícia militar em todas as capitais e, portanto, a participação de policiais civis em operações policiais, que resultam em confronto está aquém da participação dos policiais militares, para os quais este tipo de trabalho faz parte do cotidiano e envolve grande parte do efetivo.

Tabela 2 Ocorrências envolvendo policiais, por tipo - Unidade da Federação Brasileira - 2010 – 2011

Brasil e Unidades da Federação	Pessoas mortas em confronto com policiais civis			Pessoas mortas em confronto com policiais militares			Pessoas mortas por policiais civis em outras circunstâncias			Pessoas mortas por policiais militares em outras circunstâncias		
	2010	2011	Total	2010	2011	Total	2010	2011	Total	2010	2011	Total
Brasil	103	77	177	926	821	1.747	13	26	39	23	26	49
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás	-	-	-	16	6	22	-	-	-	3	2	5
Mato Grosso	1	-	-	5	10	15	-	1	1	4	6	10
Mato Grosso do Sul	-	-	-	3	2	5	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais
Paraná	-	-	-	119	147	266
Pernambuco	2	-	-	29	24	53	1	5	6	10	14	24
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul
Santa Catarina
São Paulo	15	23	38	495	437	932	7	20	27	-	-	-
Acre
Alagoas	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Amapá
Amazonas
Bahia	71	50	121	236	178	414	3	-	3	5	3	8
Ceará
Maranhão	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Pará
Paraíba	-	2	2	5	7	12	2	-	2	-	-	-
Piauí
Rio Grande do Norte	-	5	...	5	-	-
Rondônia	1	-	1	4	2	6	-	-	-	1	1	2
Roraima
Sergipe	13	1	14	4	3	7	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	1	1	5	2	7	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabela montada a partir dos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ano, 6 (2012).

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

Na tabela 2 nota-se que entre os anos examinados houve uma queda do número de pessoas mortas em confronto com policiais civis e com policiais militares. Mas aumentou o número de mortes em “outras circunstâncias”. O Estado da Bahia aparece com o maior número de mortes em confronto com policiais civis e, em confronto com policiais militares está abaixo de São Paulo que liderou em mortes no confronto

com esta categoria de policiais. As mortes cometidas em outras circunstâncias também destaca São Paulo com o maior número de vítimas de policiais civis, e, quanto ao número de vítimas de policiais militares, o Estado de Pernambuco aparece na frente dos Estados que disponibilizaram esta informação.

Tabela 3 Ocorrências envolvendo policiais, por tipo - Unidade da Federação Brasileira - 2012 – 2013

Brasil e Unidades da Federação	Pessoas mortas em confronto com policiais civis em Serviço (1)			Pessoas mortas em confronto com policiais militares em Serviço			Pessoas mortas por policiais civis fora de serviço (2)			Pessoas mortas por policiais militares fora de serviço		
	2012	2013	Total	2012	2013	Total	2012	2013	Total	2012	2013	Total
Brasil	124	133	257	1.457	1.231	2.688	31	65	96	279	338	617
Distrito Federal	-	1	1	1	1	2	-	1	1	2	2	4
Espírito Santo	2	3	5	13	16	29	1	2	3	1	4	5
Goiás	-	1	1	62	54	116	1	4	5	18	20	38
Mato Grosso	-	-	-	7	7	14	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	15	20	35	3	3	6
Minas Gerais	1	4	5	56	45	101	2	4	6	8	...	8
Paraná	2	4	6	165	143	308	-	2	2	-	2	2
Pernambuco	1	5	6	31	36	67	2	1	3	10	17	27
Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul	-	3	3	67	42	109
Santa Catarina	12	9	21	52	40	92	1	-	1	6	8	14
São Paulo	19	12	31	564	352	916	23	28	51	169	243	412
Acre	-	-	-	5	2	7	2	-	2
Alagoas	2	8	10	24	21	45	...	1	1
Amapá	-	-	-	1	1	2
Amazonas	-	4	4	5	5	10	-	-	-	3	1	4
Bahia	60	61	121	284	234	518	1	18	19
Ceará	39	39
Maranhão	-	2	2	11	22	33	1	1	2
Pará	20	11	31	65	103	168	-	3	3	54	35	89
Paraíba	1	1	2	13	14	27
Piauí	2	1	3	2	7	9	-	1	1	-	1	1
Rio Grande do Norte	-	-	-	1	15	16
Rondônia	2	1	3	6	10	16	-	-	-	1	1	2
Roraima	-	1	1	-	1	1
Sergipe
Tocantins	-	1	1	7	1	8	-	-	-	1	-	1

Fonte: Tabela montada a partir dos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ano, 8 (2014).

Nota: No Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ano, 8 (2014), foram acrescentadas as categorias “em serviço” (1) e “fora de serviço” (2), esta última substituiu a categoria “em outras circunstâncias”, usada nos anos anteriores.

(-) Fenômeno inexistente

(...) Informação não disponível

A tabela 3 também registra queda do número de pessoas mortas em confronto com policiais civis e com policiais militares, e aumento do número de mortes em “outras circunstâncias”, nos anos 2012 e 2013. A posição dos Estados no *ranking* da violência policial permaneceu a mesma dos anos anteriores, com exceção de São Paulo, que passou a liderar também o número de pessoas mortas por policiais militares fora de serviço. Nesta tabela é visível a maior quantidade de informação a respeito da violência policial, mesmo assim, alguns Estados continuaram sem fornecer essa valiosa contribuição a exemplo de Sergipe, Rio de Janeiro e Ceará.

No caso do Rio de Janeiro, a ausência de dados disponíveis não foi totalmente resolvida com o auxílio de outra fonte, pois os dados sobre violência policial são muito escassos e, quando publicados, envolvem variáveis distintas, as quais correspondem aos propósitos das diferentes pesquisas e as fontes também divergem. Mas o Banco de Dados da Imprensa² do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo -NEV/USP – Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão-CEPID forneceu dados sobre a violência policial no Rio de Janeiro, no ano de 2010, e mostrou a continuidade deste tipo de violência no referido Estado, embora o número de vítimas fatais apresentado por esta fonte seja muito menor do que o número mostrado pelo FBSP, no ano antecedente. O número de vítimas fatais que foi apresentada pelo NEV/USP- CEPID totalizou 210 pessoas.

A ausência de dados disponíveis em alguns Estados merece cuidadosa atenção, pois envolve diversos fatores, entre eles: a falta de sistematização dos dados relativos aos confrontos com as polícias e os seus resultados; decisões políticas/institucionais; desejo de manter aspectos negativos em sigilo, para não prejudicar a imagem da instituição; ou até o não reconhecimento de eventos que resultaram em mortes, como violência policial, transmutando-os em auto de resistência³, legítima defesa e exercício regular do direito ou estrito cumprimento do dever legal.

O caos que ameaçava a ordem por intermédio do crime e outras condutas contrárias aos padrões de normalidade social, que era admitido apenas do lado de fora das instituições policiais, agora também é percebido no âmbito interno e precisa ser eliminado para que não resulte na falência total da polícia. O corpo policial precisa vencer a sua própria desordem, derivada da busca sem limites por uma ordem que jamais seria estabelecida por meio da violência e da exclusão.

Restabelecer a ordem interna da polícia pode ser um grande passo para a conquista da segurança, que a sociedade possui, até agora, apenas em termos constitucionais ou à custa da tão sonhada liberdade.

² O “Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos” corresponde a uma pesquisa contínua, que começou em 1980 e permanece nos dias atuais, coordenada por Paulo de Mesquita Neto, a qual reúne informações dos principais jornais que circulam no Rio de Janeiro e em São Paulo, especificamente, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Diário de S. Paulo, O Globo e O Dia.

³ Medida administrativa regulamentada durante a ditadura militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara, publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969.

5 OS CENTROS URBANOS: lugar do impositivo da ordem e da vulnerabilidade

A cidade é o *locus* mais focado quando o que está em causa é a manutenção da ordem e, contraditoriamente, é o espaço onde acontecem os eventos mais desafiantes da almejada ordem, em função da diversidade de práticas criminosas correspondentes às diferentes dinâmicas sociais.

A luta para eliminar as “ervas daninhas” é árdua, e o saneamento da cidade para garantir a segurança torna-se uma tarefa com pouca garantia de êxito, considerando a acirrada disputa entre dois polos: de um lado, aqueles que desejam sanear, porém são motivados por suas crenças conservadoras, arraigadas em culturas obsoletas, e ainda são desfavorecidos de equipamentos e estratégias inovadoras de combate ao crime; e, do outro lado, aqueles que desprezam a ordem, e desejam se opor a ela, estabelecendo a completa desordem por meio de atitudes socialmente indesejáveis, mas que garantem meios de sobreviver num lugar de desigualdades explícitas e de oportunidades injustas.

É na cidade que se expressa, mais claramente, a vida social desigual, em que o imperativo do consumo mobiliza comportamentos positivos e negativos em direção à conquista de bens materiais e manifestação de poder. E este é um ponto de vulnerabilidade, na medida em que fragiliza as pessoas, transformando-as em reféns dos objetos de consumo que se aperfeiçoam e se sofisticam num ritmo acelerado, tornando-se atrativos perversos para aqueles que dispõem de poucos recursos e não podem obtê-los.

As vítimas mais comuns desta valorização excessiva do poder econômico, material e social são os jovens, e o caminho em direção à conquista deste triplo poder tem se mostrado como um descaminho que conduz à prática de atos ilícitos, tendo como resultado uma sobrevida de perigos constantes e tempo limitado. Os jovens, no Brasil, especialmente os pobres e negros, constituem o segmento da população mais vulnerável à vitimização, conforme os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) o qual registrou, em 2010, o total de 26.854 jovens, entre 15 e 29 anos, que foram vítimas de homicídio. Desse total, 74,6% eram negros.

De acordo com Soares et al (1996, p. 257-258 apud ROLIM, 2006, p. 162-163):

A tendência parece claramente vinculada ao tráfico de drogas e à larga disponibilidade e emprego de armas de fogo a ele associada. Os jovens, em uma mortandade que já produziu efeitos demográficos comuns às guerras, aparecem, a um só tempo, como vítimas e agressores.

A inserção dos jovens no mundo da criminalidade se tornou muito mais visível a partir dos anos 90, quando cresceu a venda e a distribuição de drogas em todo o Brasil, segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo (UNFESP). Este fenômeno promoveu o recrutamento de

jovens pobres e negros para o crime organizado, mobilizou os grupos de extermínio e também se beneficiou da participação da polícia, no sentido de garantir proteção em troca de propina e participação nos lucros do narcotráfico.

Esse vínculo das forças policiais com a criminalidade contradiz a proposta de evitar que as “ervas daninhas” proliferem na cidade; as coloca em patamar de igualdade com aqueles que elas desejam combater, além de enfraquecer as suas capacidades de responder positivamente às demandas sociais de ordem e segurança. O elo entre as polícias e o mundo do crime deteriora as instituições e fortalece a criminalidade na medida em que esta passa a contar com uma força socialmente legitimada, a qual estabelece uma couraça de proteção oficial ao comportamento ilícito.

Na opinião de Soares (2006, p.100):

As polícias brasileiras, de um modo geral, são ineficientes na prevenção e na repressão qualificada, na investigação e na conquista da indispensável confiança da população. Problemas ligados à corrupção e à brutalidade ultrapassam qualquer patamar aceitável. São refratárias à gestão racional, não avaliam a própria *performance*, nem se abrem a controle e monitoramento externos. Não se organizam com base em diagnósticos sobre os problemas a enfrentar, o modo de fazê-lo, as prioridades a definir e as metas a identificar. Não planejam sua prática, a partir de diagnósticos, fundados em dados consistentes, nem corrigem seus erros, analisando os resultados de suas iniciativas – os quais, simplesmente, ignoram. São máquinas reativas, inerciais e fragmentárias, inscritas num ambiente institucional desarticulado e inorgânico, regido por marcos legais rígidos e inadequados. Os profissionais não são apropriadamente qualificados e valorizados e as informações não são ordenadas de acordo com orientação uniforme, que viabilize a cooperação.

Violência e corrupção ainda são marcas que acompanham a atividade policial nos centros urbanos e se traduzem em graves violações dos direitos humanos. Mas, se este espaço é produto e produtor da sociedade que nele habita (SANTOS, 1996), cabe refletir os modelos de relações sociais que se constroem e são valorizadas na vida cotidiana dos seus habitantes.

Uma sociedade que acredita na resolução da criminalidade apenas pela via da eficiência policial de forma imediata e definitiva, que não concebe as interligações necessárias com outros setores, que ignora a ação preventiva e se omite de qualquer responsabilidade ou contribuição para minimizar o problema, torna-se fomentadora da violência policial na medida em que transfere para a polícia o absoluto dever de combater o crime. Com tamanha responsabilidade, a polícia não hesita em usar os recursos, dos quais dispõe e os ensinamentos que adquiriu para debelar a “origem do caos urbano”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade trouxe consigo muitos benefícios para a humanidade e o homem foi estimulado a produzir, cada vez mais, os seus próprios recursos e a pensar acerca da melhor forma de conduzir a sua vida sem estar atrelado à ideia de que ele dependia da vontade das forças divinas.

O despertar da razão, a ciência e o crescimento intelectual dotaram o homem de elementos que ampliaram a sua visão de mundo, incitaram conquistas, alargaram as suas expectativas e derrubaram muitos mitos, embora criando outros.

Talvez o grande problema do planejamento da modernidade tenha sido a crença de que as coisas no mundo podem caminhar de forma linear, sem percalços, obedecendo a uma ordem que tem em vistas o progresso; e que a classificação das coisas poderia limitá-las até onde fosse possível classificá-las. Assim, o risco da ambivalência seria afastado.

Como o mundo tem um ritmo próprio, que independe da vontade de quem faz planos para ocupá-lo, a dinâmica da humanidade não seguiu o caminho desejado e hoje se constata que a ordem desejada não chegou a prosperar e, por isso, convive-se com o misto de ordem e caos em todos os campos, tendo a ambivalência como uma companheira constante.

A ideia do Estado-jardineiro, materializada em alguns casos, só serviu como exemplo de maldade humana e de uma exclusão que custa um preço muito alto para ser revertido. A aversão pelo diferente ainda é muito presente na sociedade e a vontade de distanciar-se dele é cada vez maior.

Quanto aos indesejáveis, a sociedade parece compartilhar dos propósitos do Estado-jardineiro de eliminá-los do convívio social. E a polícia, como mecanismo de controle e repressão, tem executado muito bem esse papel em nome da ordem. Porém, essa conduta comprometeu fortemente as polícias brasileiras, que lutam para manter a tradição de instituição ordeira e, ao mesmo tempo, dominar o caos instituído pela via da brutalidade e da corrupção.

Nos centros urbanos, local de complexidade e dinâmicas sociais diversas, a atuação policial violenta convive com as contradições da sociedade, a qual deseja segurança e ordem, mas se isenta da responsabilidade de cultivar esta condição e encarga a polícia da função de eliminar o crime de forma eficiente e em curto prazo. Ignorando sua necessária participação nesta tarefa, assim como a importância de outras parcerias, a sociedade estimula a violência policial mesmo sem consciência deste fato. É nesse sentido que a busca incessante pela ordem se transforma em desordem.

O que hoje a sociedade brasileira assiste em relação às instituições policiais pode ser reflexo daquilo que ela realmente almeja, isto é, que os indesejáveis sejam banidos a qualquer custo para que volte a triunfar a ordem. E, nesse ponto, continua sendo uma sociedade completamente Moderna, no sentido proposto por Bauman.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. **Dilemas do controle democrático da violência**: execuções primárias e grupos de extermínio em São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência – USP, 1997.
- ARAÚJO FILHO, Wilson. Ordem Pública ou desordem unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias. In: **Políticas públicas de justiça criminal e segurança pública**. Universidade Federal Fluminense. Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas – NUFEP. Rio de Janeiro: EdUFF/ Instituto de Segurança Pública, 2003.
- AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1996. (Série Debates).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/catalogo/sim.htm>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 6, São Paulo, 2012.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1998)**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1998 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 16/97 e pelas Emendas Constitucionais de revisão n. 1 a 6/94. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa, 1997.
- CANO, Inácio. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.
- COSTA, Márcia Regina da. A constituição do Esquadrão da morte. In: **XXII Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 1998.
- ROLIM, Marco. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro; Jorge Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos: 1).
- SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, abr. 2006.
- UNIVERSIDADE DA SÃO PAULO (USP). Núcleo de Estudos da Violência. **Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos**. Disponível em:

http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1460&Itemid=152. Acesso em: 19 set. 2012.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília-DF: CAPES, 1999.

Artigo recebido em 16 de março de 2015.

Aprovado em 01 de julho de 2015.